

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 759, DE 2025

Altera e acrescenta artigo na Lei N.º 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para “tornar obrigatória a exibição expressa do valor sem tributação e com tributação, nos estabelecimentos e nas propagandas destinadas à comercialização de mercadorias e serviços” e “tornar obrigatória à divulgação da propaganda oficial do governo federal, a difusão de informações sobre a incidência tributária, por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços”.

Autor: Deputado CORONEL ULYSSES

Relator: Deputado DUARTE JR.

I - RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 759, de 2025**, modifica a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, com dois objetivos centrais: i) determinar a exibição expressa do valor sem tributação e com tributação nos estabelecimentos e nas propagandas destinadas à comercialização de mercadorias e serviços; e ii) obrigar, na propaganda oficial do governo federal, a difusão de informações sobre a incidência tributária na venda ao consumidor de bens e serviços.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa do Consumidor; Finanças e Tributação (mérito e art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151,



inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Não houve emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta pretende ampliar a transparência das relações de consumo no que tange à carga tributária incidente sobre produtos e serviços, reforçando, em termos práticos, direitos fundamentais dos consumidores e dispositivos constitucionais.

Para tanto, propõe modificações na Lei nº 12.741, de 2012, que foi promulgada exatamente para dar efetividade ao comando constitucional prescrito no art. 150, § 6º da Carta Magna e aos arts. 6º, IV, e 106, IV, do Código de Defesa do Consumidor.

Como bem assinala a Justificação do projeto aqui em exame, a referida lei, apesar de necessária e extremamente bem-intencionada, permanece distante da consecução de seus objetivos precípuos de informar adequada e claramente os consumidores e de conscientizá-los acerca da tributação incidente sobre os produtos e serviços comercializados no País.

O Projeto aperfeiçoa a norma vigente, tornando obrigatória a exibição expressa do valor de produtos e serviços com e sem tributação, bem como a difusão de informações sobre a incidência tributária em propagandas oficiais do governo federal. Nesse sentido, entendemos, sob o ponto de vista que deve balizar as análises deste Colegiado, que a matéria merece aprovação.

Verdadeiramente, a proposição contribui para combater a opacidade tributária, permitindo que o consumidor compreenda melhor o montante e a destinação dos impostos que paga ao consumir. Este conhecimento é um pressuposto essencial para o exercício do controle democrático sobre a arrecadação e a alocação de recursos públicos.

A medida também induz melhores práticas comerciais, ao estimular a concorrência com base em preços mais transparentes, o que pode



contribuir para a moderação da carga tributária setorial, mediante pressão informada da sociedade.

Além disso, ao obrigar a divulgação da carga tributária nas campanhas publicitárias oficiais do governo federal, a proposta se revela uma poderosa ferramenta de educação tributária da população, em sintonia com os princípios da cidadania e da responsabilidade fiscal.

Pensamos, porém, que definir em lei o percentual da verba de comunicação oficial (2%) que deverá ser destinado a ações de divulgação do Poder Executivo, tal como sugere o Projeto, não se mostra recomendável. Isso pode restringir demasiadamente a desejada flexibilidade do Governo para gerenciar suas ações de comunicação oficial e adequá-las às variáveis que influenciam as agendas prioritárias, com risco de comprometimento da veiculação de outros temas igualmente relevantes ou urgentes. Em vista disso, propomos um substitutivo que obriga a divulgação da lei na propaganda oficial, mas sem estipular um montante específico para tanto, e que também faz alguns ajustes de redação e de técnica legislativa no texto original.

Diante do exposto, por representar significativo avanço na efetivação dos direitos constitucionais e legais dos consumidores à informação tributária, à transparência nas relações de consumo e à educação fiscal, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 759, de 2025, com Substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DUARTE JR.
Relator

2025-10460



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 759, DE 2025

Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para obrigar a exibição expressa, nos estabelecimentos comerciais e na publicidade, do valor dos produtos e serviços com e sem a incidência de tributos e para determinar a divulgação do conteúdo da Lei na comunicação oficial do governo federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para obrigar a exibição expressa, nos estabelecimentos comerciais e na publicidade, do valor dos produtos e serviços com e sem a incidência de tributos e para determinar a divulgação do conteúdo da Lei na comunicação oficial do governo federal.

Art. 2º A Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....

§ 2º-A Sem prejuízo do disposto no § 2º, a informação de que trata este artigo também deverá ser exibida individualmente, de forma expressa, com o valor sem tributação e com valor com tributação, junto a cada mercadoria ou serviço comercializado no estabelecimento e na publicidade dos produtos e serviços.

.....” (NR)

“Art. 5º-A As ações de comunicação do Poder Executivo Federal deverão incluir a divulgação desta Lei com o objetivo de conferir



amplo conhecimento das medidas de esclarecimento nela estabelecidas”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DUARTE JR.
Relator

2025-10460

